



Revisão sistemática da literatura brasileira sobre representatividade de minorias políticas

A systematic review of Brazilian literature on the representativeness of political minorities

Samuel Santos Miguel

Adriano Schlösser

Universidade do Oeste de Santa Catarina/UNOESC

Adriano Beiras

Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC

Resumo

A identidade que caracteriza os grupos de minorias políticas está associada às categorias pelas quais são eleitos como incompatíveis a uma hegemonia política. Objetiva-se compreender o fenômeno da representatividade associada a minorias políticas por meio da realização de uma revisão sistemática da literatura brasileira, bem como a reflexão e a problematização dos conceitos levantados. Os descritores utilizados foram “representatividade” e “identidade”, nas bases de dados *IndexPsi*, *Pepsic*, *SciELO* e *Portal de Periódicos da Capes*, com recorte temporal de 2000 a 2018. Incluíram-se 35 artigos os quais apresentavam relação dos descritores a grupos sociais no resumo. O conceito de representatividade apresenta dificuldade de padronização, dada complexidade das relações sociais, exigindo a eleição de autores influentes nas camadas políticas e culturais no reconhecimento identitário do grupo e na defesa de seus interesses, na superação dos sentimentos iminentes às desigualdades e na reformulação das relações de poder.

Palavras-chave: **Revisão sistemática; Identidade social; Grupos minoritários; Representatividade**

Abstract

*The identity that characterizes political minorities is associated with categories through which they are characterized as incompatible. The objective is to understand the phenomenon of representativeness associated with political minorities by conducting a systematic review of the Brazilian literature, as well as the reflection and problematization of the concepts raised. The descriptors are "representativeness" and "identity" in the databases *IndexPsi*, *Pepsic*, *SciELO* and *Capes Publications*, for the time period 2000-2018. In all, 35 articles were included, which presented descriptors to social groups in the abstract. The concept of representativeness, as an empowerment social mechanism of minority groups, presents difficulties of standardization given the complexity of social relations; demanding the election of influential authors in the political and cultural layers in the recognition of the identity of the group and in the defense of their own interests, in overcoming feelings imminent to inequalities and in the reformulation of power relations.*

Keywords: **Systematic review; Social identity; Minority groups; Representativeness**

INTRODUÇÃO

O fenômeno da representatividade, enquanto construto psicossocial, tem apresentado múltiplas interpretações quanto à forma como é entendida e aplicada, dependendo do campo de conhecimento ao qual se filia e a qual objeto está associada. Nos termos desenvolvidos nesta pesquisa, corresponde ao fortalecimento de grupos sociais que se formam a partir da exclusão por ideologias e culturas dominantes-opressoras. Este fortalecimento é entendido como um passo fundamental para o melhor desenvolvimento de sociedades democráticas, atentas às diversidades e equilíbrios de relações de poder. Isto reflete a subjetividade do sujeito ético-político, como denomina Paulo Freire (2011), acerca do que configura o indivíduo inserido na sociedade, fruto das vivências e da relação com a realidade social e política voltado à reponsabilidade comunitária. Entende-se também como um conceito contemporâneo, caro para a psicologia social e importante para o desenvolvimento comunitário, regional e contextual.

Dentre as modalidades do sofrimento social vivenciado “o sofrimento ético-político retrata a vivência das questões sociais dominantes de cada época histórica, especialmente a dor que surge da situação social de ser tratado como inferior, subalterno, sem valor, apêndice, inútil na sociedade” (Sawaia, 2016, p. 1807). A identidade pode ser utilizada de forma pejorativa, como “uma categoria política disciplinadora das relações entre pessoas, grupo ou sociedade, usada para transformar o outro em estranho, igual ou exótico” (Sawaia, 2016, pp. 2181-2182). Isto se reflete em termos de raça, etnia, camadas sociais, diversidades sexuais e culturais e na produção de modelos coerentes que promovam processos identitários de fortalecimento e representação positiva da diferença na sociedade.

Ainda assim, o sofrimento ético-político, causado pela exclusão social, caracteriza grupos sociais considerados minorias, que podem ser entendidos não enquanto conjunto de sujeitos numericamente inferiores, mas enquanto grupos politicamente vassalos a um modelo totalizante e hegemônico (Barros, 2015). Ao tratar o tema em questão, faz-se necessário contextualizar o momento hodierno de discursos que se apresentam como contrários a diversidades e representatividades das minorias existentes na sociedade. No Brasil, esta hegemonia dominadora tem sido sustentada por ideais conservadores que defendem uma ordem historicamente predominante, na qual os papéis já estavam bem definidos, tendo o homem branco como superior e a defesa de uma família tradicional branca e heterossexual. Tais grupos minoritários começam a ser vistos como ameaças à ordem social, a partir de suas reivindicações críticas ao *status quo* e das relações de poder e desigualdades existentes.

Nesta perspectiva, o preconceito surge subjetivamente nos conflitos sociais e em direção à garantia hierárquica social, ganhando força no interior de grupos majoritários (Antunes, 2016; Lins, Lima-Nunes, & Camino, 2014). Ademais, a problemática se constitui pela assimetria que se instaura àqueles que não se encaixam nos padrões, gerando prejuízos no direito de exercerem sua cidadania conforme suas singularidades.

A importância do entendimento acerca da representatividade se justifica ao que se pretende assegurar um compromisso ético e social de forma equânime, cuja concepção estimula o sentido de humanidade e busca construir vínculos significativos e comunitários, em que a diversidade seja respeitada e tenha um espaço para manifestação e autonomia em termos de cidadania (Chiesa, Nascimento, Braccialli, & Oliveira, 2007). Isto vai ao encontro do compromisso social da psicologia em que as representações assumem um significado não reducionista ao certo e errado, mas visando contribuir para um cenário de respeito e de compromisso comunitário. Assim, discutem-se demandas individuais das diversas categorias sociais em nível decisório político-social, seja por meio de atores sociais que medeiam estes processos, seja pela identificação das demandas de grupos que sofrem por discriminação que se manifestam em massa em redes sociais, nas ruas, sindicatos, etc.

Entende-se, pela representatividade, um importante mecanismo de fortalecimento e de visibilidade de grupos em situação de exclusão, enquanto uma rede de pessoas que se inter-relacionam, identificam-se e são identificados pelas significações em comum, sejam materiais ou simbólicas (Sawaia, 2016). Busca-se pois a compreensão da representatividade enquanto um fenômeno que afeta grupos sociais eleitos como minorias políticas. Para isso, utiliza-se o método de revisão sistemática para verificar os conteúdos abordados na literatura brasileira, estabelecendo reflexão e problematização conceitual na construção de uma discussão crítica frente ao fenômeno.

MÉTODO

O método utilizado corresponde aos procedimentos da revisão sistemática de literatura, visando a composição do estado da arte sobre o termo “representatividade” associado identitariamente a grupos sociais minoritários. Este estudo possui natureza documental, com delineamento exploratório. No primeiro momento, foram coletados todos os artigos que apresentassem o termo “representatividade” no título, palavras-chave ou resumo e, a partir da leitura deste, estivesse associada a temas envolvendo grupos sociais minoritários, nas seguintes bases de dados: IndexPsi, Pepsic e Scielo e Portal de Periódicos da Capes. No segundo momento, por se tratar da representatividade associada à formação de

identidade de um indivíduo ou de um grupo social, foi realizado um novo levantamento dos artigos com os descritores “representatividade” (AND) “identidade” nas bases de dados citadas. Esta estratégia suplementar foi utilizada visando minimizar a possibilidade de algum artigo sobre o fenômeno de investigação não ser identificado no bases de dados utilizadas.

Os critérios de inclusão se dão a partir de um recorte temporal do ano de 2000 a 2018, exclusivamente de artigos no idioma português-Brasil e disponíveis por completo; bem como a relação do termo “representatividade” à temática de grupos sociais minoritários e identidade. Foram excluídos e não contabilizados artigos em que o tema não estivesse conexo a grupos sociais minoritários, estivessem em qualquer língua estrangeira, com publicação fora do recorte temporal ou indisponíveis, duplicados, bem como resumos em anais, livros, monografias, dissertações, teses. Optou-se apenas por artigos completos, tendo em vista a ênfase neste tipo de produção de veiculação científica e seu impacto da produção acadêmica.

Quantitativamente a organização das produções científicas permite a categorização da recorrência de publicações nas bases de dados, além da incidência das revistas com mais produções, frequência de publicação por ano e métodos utilizados no conjunto dos artigos analisados. Quando, no levantamento dos dados, houvesse duplicação dos artigos, consideraria apenas o artigo inerente a primeira base de dados pesquisada. No campo qualitativo, o estudo apresenta os conceitos associados ao termo nos estudos selecionados, fomentando a discussão acerca da temática em termos teórico-conceituais e de aplicabilidade na Psicologia. Para tanto, foi realizada a leitura dos resumos de cada artigo, como critério de inclusão, a ser verificado se o termo representatividade estava associado a grupos sociais em geral, e na sequência a leitura integral das produções selecionadas.

RESULTADOS

A Tabela 1 sintetiza a quantificação dos artigos selecionados e a recorrência dos descritores, ambos separados por bases de dados, totalizando 35 artigos - 22 com o tema “representatividade” e 13 deles que abordam este em conjunto ao termo “identidade”. A frequência de artigos em que os dois termos aparecem no resumo, pode ser vista como expressiva diante do total de obras incluídas, em que se entende a conexão dos termos, ou seja, a representatividade está relativamente associada à identidade. Vale ressaltar que os artigos disponíveis e encontrados mais de uma vez foram contabilizados unicamente correspondentes à primeira base de dados pesquisada.

Bases de dados	“Representatividade”	“Representatividade” (AND) “identidade”	Total de resultados
IndexPSI	2	0	2
PEPSIC	4	1	5
Scielo	16	6	22
Portal de Periódicos da CAPES	-	6	6
Total	22	13	35

Tabela 1. Recorrência por bases de dados dos descritores “representatividade” e “representatividade” AND “identidade”

Os dados que constituem a Figura 2 mostram o termo representatividade associado a grupos sociais, onde o fenômeno da identidade também se manifesta sob forma de caracterização do grupo. Verifica-se efetivamente as temáticas, onde os fenômenos investigados se manifestam em práticas sociais.



Nota. *Empreendedorismo social, trabalhadores, estudantes e usuários das políticas públicas.

Figura 1. Termos utilizados para denominar grupos sociais relacionados à “representatividade”

Destarte, percebe-se a atribuição majoritária da representatividade a grupos sociais pertencentes à sociedade civil, de acordo com as denominações agrupadas na Figura 2. Além disso, em “minorias ativas” não se tem um grupo específico, mas vários grupos na representação em “bancadas” na Câmara dos Deputados e as consequências nos processos de dominação; assim como o grupo

“manifestantes de rua”, tratando de uma análise generalista do fenômeno de agrupamento social por uma causa. Dentro de “identidade cultural” estão noções de territorialidade latino-americana e brasileira e turismo.

Correspondente a minorias políticas, podem ser classificados os grupos soropositivos, usuários de políticas públicas dentro de sociedade civil e de setor público, negros, mulheres, minorias ativas, manifestantes de rua, jovens da periferia, indígenas, crianças e adolescentes e artistas urbanos. Entretanto, estes também fazem parte da sociedade civil, porém abordados de acordo com a identificação que se têm mais especificamente sobre eles, os quais sofrem por alguma estratificação de condições e características materiais (como a etnia, gênero, etc.), sociais (status e posição social, classe trabalhista, posição política, etc.) e simbólicas (aporte conceitual das representações que se têm a partir da identificação de um grupo).

A localização dos 35 artigos separados por ano de publicação demarca aspectos que merecem atenção. Seria uma evidência de avanços político-sociais por meio do surgimento de políticas públicas socioassistenciais emergentes no ano de 2010. Pode-se relacionar o crescente interesse dos autores ao estudar a representatividade em termos de cultura e de identificação de grupos politicamente minoritários como um marco inerente as ações governamentais que buscavam universalização, equidade e integralidade no desenvolvimento da cidadania de pessoas desfavorecidas. Portanto, destaca-se maior número das produções científicas nos anos de 2012 (7 artigos), 2014 e 2017 (5 artigos em cada ano) e demonstra baixa expressividade de produções de 2000 a 2011 (9 artigos ao todo), conforme ilustra a Figura 2.

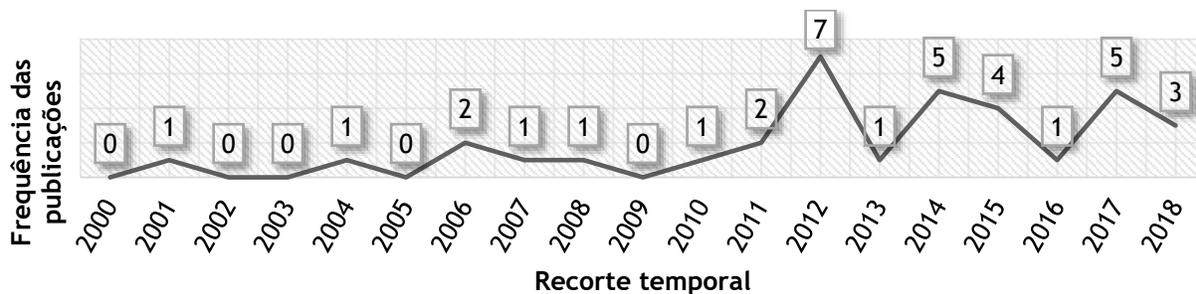


Figura 2. Número de publicações por ano no conjunto dos artigos levantados

Dentre os 35 artigos, 27 estão publicados em revistas distintas, conforme se verifica na Tabela 2, a qual apresenta as revistas mais recorrentes dentre as produções científicas e as respectivas Qualis, classificações dos periódicos concebidas pela Capes [quadriênio de 2013-2016] através da avaliação das produ-

ções, bem como os autores dos artigos por revista e os anos de publicação. Cada revista possui uma classificação pela área de avaliação das produções, por isso foram pesquisadas através da Plataforma Sucupira os Qualis em Psicologia, quando não houvesse avaliação nesta área, foram utilizadas outras que mais se aproximassem do fenômeno (conforme legenda na tabela).

Revistas (Qualis)	Qualis	Artigos	Autores
Ciência e Saúde Coletiva	A2	4	Moniz, Saboia, Carmo, & Hacon (2017); Paiva, Stralen, & Costa (2014); Serapioni (2014); Silva & Soares (2004)
Cadernos de Saúde Pública	A2	3	Bispo Júnior & Gerschman (2015); Müller Neto & Artmann (2014); Serapioni & Romani (2006)
Psicologia e Sociedade	A2	2	Pizzinato, Tedesco, & Hamann (2017); Rodrigues (2018),
Saúde e Sociedade	A2	2	Gallina, Teo, Munaro, & Oliveira (2012); Santos, Vargas, & Lucas (2011)
Estudos Feministas	A2	2	Chaves, Castro, & Menezes (2018); Schmidt (2000)
Cadernos EBAPE BR	B1	1	Baracat & Nobre (2013)
Varia História*	B1	1	Olmos (2017)
Administração Pública	A2	1	Vasconcelos & Lezana (2012)
Estudos Afro-Asiáticos	C	1	Rahier (2001)
Cadernos CEDES	B2	1	Paré, Oliveira, & Velloso (2007)
Psicologia Teoria e Prática	A2	1	Dutra & Santanna (2017)
Barbarói	B2	1	Terra & David (2016)
Sociologias	B5	1	Abramovay, Magalhães, & Schroder (2010)
Estudos Históricos*	B1	1	Amaral (2015)
Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCAR	B2	1	Barri, Malfitano, & Bianchi (2012)
Psicologia Política	A1	1	Castro (2007)
Tempo Social	A1	1	Cohn & Bujdoso (2015)
Organizações e Sociedade**	B5	1	Fleig, Oliveira, & Brito (2006)
Brasileira de Saúde Ocupacional	B1	1	Lacaz, Porto, & Pinheiro (2017)
Tempo Psicanalítico	A2	1	França Neto (2014)
Motriz Revista de Educação Física	B1	1	Palhares, Schwartz, Teruel, Santiago, & Trevisan (2012)
Cadernos Saúde Coletiva	B2	1	Quandt, Hackbarth, Kovalski, & Moretti-Pires (2014)
Cultura e Turismo	B5	1	Brusadin (2015)
Boletim Goiano de Geografia**	B5	1	Lima (2012)
História Revista*	B3	1	Cordova (2012)
Miguilim - Revista Eletrônica de Netli***	B2	1	Lacerda & Martins (2012)
Carreiras e Pessoas - ReCaPe	B4	1	Pereira (2011)

Área de avaliação em: *Sociologia; ** Engenharias III; ***Linguística e Literatura.

Fonte: Elaborado pelo autor com base na Plataforma Sucupira (Brasil, 2016).

Tabela 2. Número de artigos e seus autores publicados por revista e suas respectivas Qualis (2013-2016) na área de avaliação da Psicologia

Dentre as revistas, cerca de um terço, 10 do total de 27 revistas (37,03%), ocupam uma classificação de qualidade A, o que caracteriza relevância nas produções científicas em Psicologia, selecionadas de acordo com o delineamento do levantamento dos artigos. De classificação B são maioria, 16 (62,5%), e apenas 1 (0,47%) deles de Qualis C.

Com base na análise dos artigos, a Tabela 3 classifica as categorias metodológicas e a abrangência conceitual dos métodos de pesquisa utilizados e descritos no conjunto dos artigos, dos quais 21 (60%) utilizaram procedimentos metodológicos qualitativos, 3 (9%) quantitativos, e apenas 1 (3%) misto, e, por fim, 10 (29%) estudos de caso conforme as descrições correspondentes.

Categoria metodológica	Abrangência conceitual	Artigos
Método qualitativo	Procedimentos indutivos, analíticos, epistemológicos, ensaio teórico, interpretativos, descritivos, exploratórios, de caráter idiosincrático.	21
Método quantitativo	Procedimentos dedutivos, comparativos, estatísticos, revisão de literatura, de caráter generalista-nomotético.	3
Método misto	Procedimentos quanti-qualitativos, de caráter indutivo e dedutivo ao mesmo tempo.	1
Estudos de caso	Método qualitativo que contempla a aplicação de questionários, entrevistas, observações, pesquisa-ação e estudos de grupos focais.	10

Tabela 3. Classificação dos artigos de acordo com a metodologia utilizada nos artigos

Evidencia-se o valor preponderantemente teórico no levantamento dos dados acerca da representatividade, voltado à análise, à descrição e de caráter idiosincrático, isto é, correspondentes às especificidades e os desdobramentos de cada tema. A partir disso, a discussão se baseia estritamente à análise e à reflexão do sentido de representatividade tratado nos artigos, destacando alguns pela abordagem descritiva do termo.

DISCUSSÃO

Considerando o objetivo de compreender o fenômeno da representatividade associado à identidade de grupos sociais minoritários politicamente, desenvolve-se a análise do conteúdo visando levantar as concepções abordadas e suas articulações com os grupos sociais em foco nos artigos. Ademais, realizar uma análise crítica dos conceitos abordados nos artigos, refletindo e problematizando

conforme o referencial teórico. Cabe explicitar que nem todos os artigos que passaram pelos critérios de inclusão abordam conceitualmente a representatividade, alguns apenas citam o termo para dar ênfase à escrita. Dentre as áreas de saber, classifica-se no campo político as ações governamentais e democráticas direcionadas à sociedade civil; psicológica quanto a caracterização do grupo e dos sentimentos comunitários que emergem das relações; e socioculturais no entendimento da sociedade com base na história e nas relações poder.

Diante do crescente número de artigos a partir do ano de 2012, a cultura foi um dos principais fatos sociais associado ao tema da representatividade. A Revista Ciência e Saúde Coletiva tem publicações nos anos de 2004, 2006, 2014 e 2017, sendo o periódico com maior número de obras incluídas. Dentre os autores, apenas Mauro Serapioni (2014) repete entre os artigos, tendo duas publicações, uma em 2006 e em coautoria em 2014 (Serapioni & Romani, 2006). O que isso demonstra é uma variedade a aplicação empírica e conceitual a diversas identidades grupais, entretanto não foi possível estabelecer um padrão por autores, revistas ou período de publicações acerca do tema.

Nos dados bibliométricos estão dispostos os grupos sociais tratados nos artigos, dentre eles há grupos minoritários que se formam por classificações culturais, profissionais, sexuais, étnico-raciais, territoriais e sociopolíticas. Nesse sentido, entende-se a identidade diretamente relacionada ao grupo perante uma cultura predominante que se utiliza dessa caracterização para classificá-los como estranhos, inferiores e subalternos, como descreve Bader Sawaia (2016). Esta organização das relações sociais coloca estes grupos em desvantagem, retirando a visibilidade e a voz no clamor de seus interesses e, conseqüentemente, seus direitos, gerando o sofrimento ético-político e classificando-os como minorias políticas.

De acordo com Rosane Beatris Mariano da Rocha Terra e Thomaz Delgado de David (2016, p. 119) “as maiorias se afirmam assim pois ocupam posições privilegiadas na sociedade e, de acordo com a tentativa de manutenção do *status quo*, tendem a lutar contra a mobilidade social em defesa de seus interesses comuns”. Neste sentido, pode-se analisar que o conceito de representatividade se implica na problematização do conceito de privilégios e relações de poder. Isso também traz a reflexão sobre o movimento de tensão entre minorias e maiorias, que trazem à tona discussões ora democráticas, ora autocráticas e autoritárias para a manutenção de determinados poderes e privilégios. No entanto, fica a pergunta se o desenvolvimento comunitário e da sociedade é possível sem estas tensões.

Paulo Roberto Grangeiro Rodrigues (2018) aborda a Teoria das Minorias Ativas, desenvolvida pelo psicólogo social Serge Moscovici em sua obra Psicologia das

minorias ativas (2011). Em questão, afirma que grupos com menor poder político de influência possam propagar ideais contrários aos da maioria, estabelecendo conceitos inovadores. Esta inovação entra em choque na tendência que os movimentos representativos majoritários possuem de bloquear a potencialidade da inovação, pois acabam por se tornar mais sólidos, rígidos e influentes nos âmbitos decisórios culturais e governamentais (Abramovay, Magalhães, & Schroder, 2010). Portanto, as minorias trazem ao bojo de análise as contradições da sociedade em seu movimento democrático e sua intensa necessidade de aprimoramentos, no entanto, vê-se em obstáculo com a necessidade do grupo hegemônico em existir e manter-se identitariamente envolto de privilégios e poder diante estas minorias.

Mauro Serapioni (2014) descreve sobre a impossibilidade de entender a representatividade de forma singular, à medida que não há formalidade na escolha dos representantes. Isso implica em diversos aspectos de escolha dos indivíduos dentro do próprio grupo, uma vez que um ator social ou político isolado, eleito ou não, é incapaz de representar a todas as pessoas (Serapioni, 2014; Castro, 2007; Paiva, Stralen, & Costa, 2014). Para além das experiências de vida dentro das problemáticas sociais que assolam a comunidade que os atores sociais representam e que muitas vezes influenciam beneficentemente na sua eleição, Maria Matilde Zraik Baracat e Farley Simon Nobre (2013) contribuem que é necessária a formação técnica para que as decisões e os interesses do grupo estejam compartilhados e correspondam aos interesses do grupo numa articulação eficaz. Isso se refere à capacitação política que visa o bem comum na mediação entre as decisões políticas e as exigências da sociedade civil.

José Patrício Bispo Júnior e Sílvia Gerschman (2015) atribuem a autorização, a identidade e a prestação de contas como os pilares da legitimação pela representatividade enquanto posicionamento político. Em termos de gestão política, Silvia França Santos, Andréa Maria Duarte Vargas e Simone Dutra Lucas (2011) atribuem a representatividade como mecanismo imergente de um modelo democrático, no qual há a eleição de um ator para representar os interesses de um determinado grupo. Com isso, levanta-se a problemática dos aspectos simbólico-sociais envolvidos nos interesses dos indivíduos que compõem o grupo social. Diante da perspectiva dos autores, para a representatividade é necessário a eleição de um representante a quem se atribui a autorização à luta identitária aos interesses do grupo social e que necessariamente presta conta aos seus eleitores sobre os avanços políticos. Para isso, é preciso a participação social das minorias políticas no levantamento no fortalecimento das suas próprias pautas sociais.

Na concepção de Daniel Gustavo Fleig, Luis Carlos Ferreira de Sousa Oliveira e Mozar José Brito (2006) os conceitos de democracia representativa e democracia participativa apresentam dificuldades na articulação da participação social. Países democráticos utilizam-se da mídia para dar maior visibilidade às pautas inerentes aos movimentos sociais das minorias, porém a participação da sociedade civil se restringe apenas ao ser usuário das políticas governamentais, não lhes dando oportunidade de participar do planejamento de acordo com os seus próprios interesses e necessidades. Isso é um reflexo da predominância elitista, reforçado pela eleição de representantes políticos que perpetuam a subalternidade de determinados grupos sociais. Congruente a isso, Mauro Serapioni e Oriol Romaní (2006) descrevem que a representatividade está associada à problemática da participação e que há uma baixa tendência de alguns setores populacionais, como jovens e grupos étnicos citados no artigo, na participação arbitrária.

Neste sentido, a respeito da definição da representatividade, salienta-se a importância do papel que se busca desenvolver por meio da representatividade social dos grupos que elegem seus representantes, além da capacidade de influenciar a hegemonia política-cultura na evidência dos interesses do grupo que representa (Serapioni & Romaní, 2006). Neste âmbito de discussão, faz-se necessário estudar mais quais as formas de produção e emergência de atores sociais em minorias, considerando a influência de redes sociais, de estereótipos sociais, representações políticas, além de discursos de produção de verdades, pós-verdades e notícias falsas que influenciam na produção e na implosão de figuras ativas e produções de representação e interesses dos grupos em questão.

Contudo, sob um viés maniqueísta, é possível ceder espaço à discussão, em termos dialéticos, da teoria e da prática acerca da democracia, em que o foco está na expressão dos interesses da sociedade que possam assegurar a participação e a discussão populacional e institucional aos resultados representativos, ao menos, dos grupos com maior influência política e também daqueles em situação de exclusão (Müller Neto & Artmann, 2014). Castro (2007), por sua vez, explicita que a representatividade tem como objetivo a organização de uma fala que não está inserida no espaço público, ou seja, uma forma de fortalecer e atingir níveis políticos, sociais e culturais da demanda de um determinado grupo, ampliando as representações sociais quanto à identidade e à pluralidade que configuram determinada categoria social (Brusadin, 2015). Isto denota uma ambiguidade no que salvaguarda a relação entres os representados e os representantes, pois estes apenas forjam uma identificação do que é simbolicamen-

te visto como demanda dos anseios e dos interesses coletivos (Castro, 2007; Paiva et al., 2014).

Como forma de aplicação do conceito de representatividade, Julio Strubing Müller Neto e Elizabeth Artmann (2014, p. 75) consideram que “a noção de representação das diferentes identidades aparece com ênfase nos discursos dos sujeitos coletivos, o que demonstra a importância atribuída pelos sujeitos sociais à noção de pluralidade.” Atuando nas comunidades como constituintes da sociedade, Amelia Cohn e Yasmin Lila Bujdoso (2015) citam os exemplos dos movimentos que representam a população indígena e a comunidade LGBTIQ no qual os atores sociais acabam por centralizar as intervenções, destinando-as em favor do próprio segmento. Nesta perspectiva, faz-se necessário aprofundar estudos sobre estas pluralidades internas a cada grupo minoritário, tema já significativamente discutido, por exemplo, no movimento feminista contemporâneo. Esta pluralidade complexifica a emergência de representatividade e produções identitárias, ampliando disputas e tensões nos movimentos.

Para Alexandre Meira de Vasconcelos e Álvaro Guilherme Rojas Lezana (2012, p. 1053) a representatividade, em nível social, está enfatizada na “influência social, política e financeira” acerca destes grupos. No que concerne às minorias políticas, tratadas neste artigo, Jamille Barbosa Cavalcanti Pereira (2011) aborda dois daqueles citados por Antonio Teixeira de Barros (2015), em que mulheres e pessoas negras apesar de ocuparem mais de 50% da população ainda possuem restrições quanto à hierarquia das empresas no país, e salienta sobre as representações que legitimam o imaginário de cada um e massificam as ideias acerca da hierarquização na qual gênero e etnia atuam como categoria identitária de exclusão. Ou seja, avanços por meio da representatividade social geraram mudanças e tornaram as mulheres, ao longo da história, participantes ativas em todos os setores da sociedade, melhorando a autoestima de todo um grupo social (Chaves et al., 2018).

Nos grupos étnicos, conforme Jean Rahier (2001), há a marginalização dos negros construída socialmente pela concepção histórica da identidade nacional que priva a valorização dos negros em comparação aos brancos-mestiços, favorecendo a ideologia que fomenta a desigualdade social e a segregação. Seria, pois, uma forma de destituir a identidade étnica deste grupo por meio de uma ordem social na qual o racismo se fortalece, marcado por historicamente e abordado por Marilene Leal Paré, Luana Paré de Oliveira e Alessandra D’Aqui Velloso (2007) sobre os prejuízos sociais, culturais e econômicos. A representatividade, neste caso, funcionaria hodiernamente como um mecanismo político e social no fortalecimento da cultura negra e, conseqüentemente, para a autoestima do grupo.

Apesar das concepções sociais e políticas se alterarem, as reivindicações majoritariamente conservadoras coadunam com os aspectos desiguais do passado, tendo a escravidão não como um marco histórico, mas como uma ordem social a ser mantida. Paré, Oliveira e Velloso (2007) discutem a história afrodescendente e seu valor no processo civilizatório brasileiro, reconhecimento dos prejuízos socioeconômicos causados pela escravidão e buscando por medidas mais democráticas que acabam por retomar a identidade da população negra e fortalecer a autoestima do grupo como um todo, valorizando suas potencialidades e seu lugar na sociedade.

Abordando Judith Butler (2018) como referência complementar, esta descreve a impossibilidade de reduzir a sociedade a um coletivo totalizante, o que se estende à problematização do próprio conceito de grupo social, no qual há sempre uma divisão interna. Um grupo considerado minoria política é composto por unidades individuais de pessoas que possuem características como gênero, orientação e identidade sexual e etnia comuns, mas interesses individuais. Por fim, a representatividade precisa ser abrangente, trazendo à tona o sofrimento ético-político pelo qual o grupo é identificado, visando a equidade pela conquista de direitos civis junto à evolução sociocultural.

Ficam questões importantes para pensar futuros estudos sobre representatividade, tais como – quais mecanismos intergrupais que auxiliam na construção de uma determinada representatividade? Como estes mecanismos estão relacionados à escolha de líderes ou figuras políticas que representam o grupo? De que forma os interesses do grupo tornam-se emergentes e produzem identificações em seus membros? Estas questões são importantes para o entendimento e o desenvolvimento de ações ético-políticas de intervenção comunitária ligadas a preocupações diversas da psicologia social, a forma que se possa produzir autonomia, ações democráticas e força grupal destas minorias diante aos grupos majoritários? Estes e outros questionamentos são construídos com base nas literaturas analisadas, servindo de pressupostos para contribuições empíricas futuras, guiando inclusive o processo de *práxis* nestes grupos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidenciado que os achados da revisão da literatura caracterizam o fenômeno da representatividade em bases predominantemente nos campos da ciência política, ciência social e psicologia, é notada a dificuldade de padronização conceitual. Isto se torna importante, pois o totalitarismo de um contexto acaba por deixar de lado o que é menos expressivo, tornando-se excludente no reconhecimento e na validação da singularidade do grupo social, impedindo a participação e a ocupação de posições superiores na hierarquia sociopolítica, como

em âmbitos decisórios para a conquista de direitos iminentes às mulheres, LGBTIQ+, negros e indígenas, por exemplo. O que se pretende com a representatividade é justamente articular a discussão de maneira equânime, tratando de forma desigual o que é desigual, entendendo o conflito como forma de manifestação dos anseios de quem sofre pela exclusão social, de quem busca manter a todo o custo seus privilégios e dos pontos convergentes e divergentes que surgem.

Os artigos se utilizam do termo representatividade em âmbitos predominantemente teóricos e em seguida empíricos, como forma de desenvolver a autonomia e legitimar a identidade de determinada categoria social, enquanto grupo de posicionamento político pertencente a um movimento social. Estes grupos surgem da resistência, do sofrimento ético-político vivenciado pela característica comum entre eles, como gênero, orientação sexual, etnia ou posição socioeconômica, característica identitária utilizada como forma de discriminação. Daí surgem os desafios da representação frente às divergências dentro e fora do grupo, das informações em redes sociais, disputas de poder, jogos de verdades e mentiras, das diferentes formas de manifestação e luta e da eleição de um representante capacitado.

Nota-se lacunas nos estudos científicos sobre o termo representatividade e sua associação com as relações de poder e democracia. Faz-se necessário repensar o próprio conceito de democracia e diversidade na sociedade hodierna e sua importância para o desenvolvimento do bem-estar social e desenvolvimento comunitário. Pretende-se com isso que as diversas categorias sociais ocupem locais de fala e influência em diferentes níveis de representação, tanto em âmbitos decisórios quanto na luta por uma sociedade menos discriminatória e separatista. Diminuir o sofrimento decorrente da incompatibilidade com ideais majoritários e conscientizar para além do certo ou errado a manifestação das diversas verdades que caracterizam sujeitos e grupos.

Contudo, os estudos contribuem no entendimento de que a representatividade atua do individual para o coletivo ao fortalecer minorias políticas ampliando a visibilidade identitária e os interesses na sociedade, bem como a relevância do sofrimento ético-político que caracteriza sua posição minoritária. Com isso, organiza-se a sociedade de forma a dar visibilidade a diversos grupos e não apenas ao grupo majoritário, assumindo um significado plural e singularista às demandas de cada grupo social, além dos já mencionados. Para isso, propõe-se uma análise mais aprofundada sobre os aspectos que marcam as similitudes e as diferenças inerentes à identidade de cada população em situação minoritária nos processos constitutivos, contribuindo para maior entendimento dos aspectos representativos. Sugere-se, por fim, a retomada da discussão para o de-

envolvimento de ferramentas que possam subsidiar a análise da produção de representatividades e de seus efeitos político-sociais, bem como a formalização e mecanismos que orientam a atuação dos representantes desses grupos nos contextos políticos diversos e na produção de ampliação e equidade de direitos.

REFERÊNCIAS

- Abramovay, Ricardo; Magalhães, Reginaldo & Schroder, Mônica. (2010). Representatividade e inovação na governança dos processos participativos: o caso das organizações Brasileiras de agricultores familiares. *Sociologias*, 12(24), 268-306. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222010000200010>
- Amaral, Deivison. (2015). Cultura confessional e luta por direitos no mundo do trabalho: Belo Horizonte, 1909-1921. *Estudos Históricos*, 28(55), 65-85. <https://doi.org/10.1590/S0103-21862015000100005>
- Antunes, Deborah Christina. (2016). Tolerância e democracia hoje: o discurso de deputados em defesa da posição conservadora. *Psicologia & Sociedade*, 28(1), 3-13. <https://doi.org/10.1590/1807-03102015v28n1p003>.
- Baracat, Maria Matilde Zraik, & Nobre, Farley Simon. (2013). Participação social como elemento de análise da sustentabilidade: estudo do Programa Brasileiro de DST/AIDS. *Cadernos EBAPE BR*, 11(1), 41-64. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000100005>
- Barros, Antonio Teixeira de. (2015). Política informacional para minorias sociais: análise das estratégias dos websites dos partidos políticos brasileiros. *Revista Espaço Acadêmico*, 14(166), 67-83. <https://doi.org/10.15847/obsOBS1132017861>.
- Bassi, Bianca Gonçalves de Carrasco; Malfitano, Ana Paula Serrata & Bianchi, Pamela Cristina. (2012). O Terapeuta Ocupacional na Atuação Básica em Saúde: a representatividade em revistas e nos congressos brasileiros da área. *Cadernos de Terapia Ocupacional UFSC*, 20(3), 443-454. <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.044>
- Bispo Júnior, José Patrício, & Gerschman, Sílvia. (2015). Legitimidade da representação em instância de participação social: o caso do Conselho Estadual de Saúde da Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 31(1), 183-193. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00086214>
- Brasil. Ministério da Educação (2013-2016). Qualis Periódicos. *Plataforma Sucupira*, [S. l.: s. n.]. Disponível em: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/veiculoPublicacaoQualis/listaConsultaGeralPeriodicos.jsf>
- Brusadin, Leandro Benediti. (2015). A dinâmica do patrimônio cultural no turismo dentro o processo híbrido de memória e identidade da cultura social. *Revista de Cultura e Turismo*, 9(3), 64-85. Disponível em: <http://periodicos.uesc.br/index.php/cultur/article/view/937/865>
- Butler, Judith. (2018). *Corpos em aliança e política das ruas: notas sobre uma teoria performativa de assembleia*. São Paulo: Civilização Brasileira.

- Castro, Lucia Rabello. (2007). A politização (necessária) do campo da infância e da adolescência. *Revista de Psicologia Política*, 7(14) s/p. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2007000200005&lng=pt&nrm=iso
- Chaves, Ana Ruthdos Santos; Castro, Roberta Rowsy Amorim de & Menezes, Andreia de. (2018). A busca pela ascensão feminina no PDS Virola Jatobá, Anapu-PA. *Revista Estudos Feministas*, 26(1), 1-15. <https://doi.org/10.1590/1806-9584.2018v26n142742>
- Chiesa, Anna Maria; Nascimento, Débora Dupas Gonçalves do; Bracciali, Luzmarina Aparecida Doretto, & Oliveira, Maria Amélia Campos de. (2007) A formação de profissionais da saúde: aprendizagem significativa à luz da promoção à saúde. *Cogitare Enfermagem*, 12(2), 236-240. <https://doi.org/10.5380/ce.v12i2.9829>
- Cohn, Amélia, & Bujdoso, Yasmin Lila. (2015). Participação social e gestão pública no Sistema Único de Saúde. *Tempo Social*, 27(1), 33-48. <https://doi.org/10.1590/0103-20702015012>
- Cordova, Maria Julieta Weber. (2012). A formação social e cultural no sul do Brasil: a “mancha loira” como um contraponto ao Brasil “mestiço e mulato”. *História Revista*, 17(2), 161-188. <https://doi.org/10.5216/hr.v17i2.23574>.
- Dutra, Letícia Rocha, & Sant'anna, Paulo Afrânio. (2017). As representações sociais dos discentes e egressos sobre a terapia ocupacional. *Psicologia Teoria e Prática*, 19(1), 79-83. <http://dx.doi.org/10.5935/1980-6906/psicologia.v19n1p79-93>.
- Fleig, Daniel Gustavo; Oliveira, Luis Carlos Ferreira de Sousa, & Brito, Mozar José. (2006). Democracia, participação e gestão social: desafios da construção dos programas de ação temática de uma organização não governamental. *Organizações & Sociedade*, 13(38), 119-138. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302006000300008>
- França Neto, Oswaldo. (2014). A psicanálise, o Estado e as grandes manifestações de rua. *Tempo Psicanalítico*, 46(2), 351-364. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-48382014000200011.
- Freire, Paulo. (2011). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. (43ª ed.). São Paulo: Paz e Terra.
- Gallina, Luciara Souza; Teo, Carla Rosane Paz Arruda; Munaro, Patrícia Stubinski & Oliveira, Viviane Santolin Henrique de. (2012). Representações sobre Segurança Alimentar e Nutricional nos Discursos de um Conselho de Alimentação Escolar. *Revista Saúde e Sociedade*, 21(1), 89-102. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902012000100010>.
- Lacaz, Francisco Antonio de Castro; Porto, Marcelo Firpo de Sousa & Pinheiro, Tarcísio Márcio Magalhães. (2017) Tragédias brasileiras contemporâneas: o caso do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão/Samarco. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 42(9), 1-12. <https://doi.org/10.1590/2317-6369000016016>.
- Lacerda, Yasmine Moraes Alves de, & Martins, Edson Soares. (2012). Não se bebe a alma: descaminhos do corpo estético em "Ele me bebeu", de Clarice Lispector. *Miguelim - Revista Eletrônica do Netlli*, 1(1), 84-94. Disponível em: <http://periodicos.urca.br/ojs/index.php/MigREN/article/view/351/795>.

- Lima, Luana Nunes Martins. (2012). A procissão do fogaréu na cidade de Goiás - identidade, cultura e território: o turismo e as novas tendências. *Boletim Goiano de Geografia*, 32(1), 121-133. <https://doi.org/10.5216/bgg.v32i1.18960>.
- Lins, Samuel Lincoln Bezerra; Lima-Nunes, Aline, & Camino, Leoncio. (2014). O papel dos valores sociais e variáveis psicossociais no preconceito racial brasileiro. *Psicologia & Sociedade*, 26(1), 95-105. <https://doi.org/10.1590/S0102-71822014000100011>.
- Moniz, Marcela de Abreu; Saboia, Vera Maria; Carmo, Cleber Nascimento, & Hacon, Sandra de Souza. (2017). Diagnóstico participativo socioambiental e de riscos à saúde das comunidades do entorno do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, 22(11), 3793-3806. <https://doi.org/10.1590/1413-812320172211.23852015>.
- Moscovici, Serge. (2011). *Psicologia das minorias ativas*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Müller Neto, Julio Strubing, & Artmann, Elizabeth. (2014). Discursos sobre o papel e a representatividade de conferências municipais de saúde. *Cadernos de Saúde Pública*, 30(1), 68-78. <https://doi.org/10.1590/0102-311X00136012>
- Olmos, Ana Cecilia. (2017). Literatura latino-americana e representatividade cultural: Uma leitura dos ensaios de Héctor Libertella e Jorge Volpi. *Varia História*, 33(62), 1-16. <https://doi.org/10.1590/0104-87752017000200004>.
- Paiva, Fernando Santana; Stralen, Cornelis Johannes Van, & Costa, Pedro Henrique Antunes. (2014). Participação social e saúde no Brasil: revisão sistemática sobre o tema. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(2), 487-498. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014192.10542012>
- Palhares, Marcelo Fadori Soares; Schwartz, Gisele Maria; Teruel, Ana Paula; Santiago, Danilo Roberto Pereira, & Trevisan, Priscila Raquel Tedesco da Costa. (2012). Lazer, agressividade e violência: considerações sobre o comportamento das torcidas organizadas. *Motriz: Revista de Educação Física*, 18(1), 186-199. <https://doi.org/10.1590/S1980-65742012000100019>.
- Paré, Marilene Leal; Oliveira, Luana Paré de, & Velloso, Alessandra D'Aqui. (2007). A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO). *Cadernos CEDES*, 27(72), 215-232. <https://doi.org/10.1590/S0101-32622007000200007>
- Pereira, Jamille Barbosa Cavalcanti. (2011). Gestão das Diferenças Humanas nos Espaços Organizacionais. *Revista de Carreiras e Pessoas (ReCaPe)*, 1(2), 81-100. <https://doi.org/10.20503/recape.v1i2.8883>.
- Pizzinato, Adolfo; Tedesco, Pedro Castro, & Hamann, Cristiano. (2017). Intervenções visuais urbanas: Sensibilidade(s) em arte, grafite e pichação. *Psicologia & Sociedade*, 29, e169375. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2017v29i169375>
- Quandt, Fábio Luiz; Hackbarth, Bruna Barbosa; Kovalski, Douglas Francisco, & Moretti-Pires, Rodrigo Otávio. (2014). Saúde Ambiental e atenção à saúde: construção e ressignificação de referências. *Cadernos Saúde Coletiva*, 22(2), 150-157. <https://doi.org/10.1590/1414-462X201400020007>.
- Rahier, Jean. (2001). "Mãe, o que será que o negro quer?" Representações racistas na Revista Vistazo, 1957-1991. *Estudos Afro-Asiáticos*, 23(1), 5-28. <https://doi.org/10.1590/S0101-546X2001000100001>

- Rodrigues, Paulo Roberto Grangeiro. (2018). Influência social, minorias ativas e desenvolvimento moral: ensaio teórico sobre a representatividade política brasileira. *Revista Psicologia e Sociedade*, 30, e173402. <https://doi.org/10.1590/1807-0310/2018v30173402>
- Santos, Silva França; Vargas, Andréa Maria Duarte, & Lucas, Simone Dutra. (2011). Conselheiros usuários do conselho municipal de saúde de Belo Horizonte: características sociais e representatividade. *Saúde e Sociedade*, 20(2), 483-495. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902011000200019>
- Sawaia, Bader. (Org.) (2016). *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. (14ª ed.) Petrópolis: Ed. Vozes.
- Schmidt, Rita Terezinha. (2000). Mulheres reescrevendo a nação. *Revista Estudos Feministas*, 8(1), 84-97. <https://doi.org/10.1590/%25x>.
- Serapioni, Mauro. (2014). Os desafios da participação e da cidadania nos sistemas de saúde. *Ciência e Saúde Coletiva*, 19(12), 4829-4840. <https://doi.org/10.1590/1413-812320141912.02292013>
- Serapioni, Mauro, & Romani, Oriol. (2006). Potencialidades e desafios da participação em instâncias colegiadas dos sistemas de saúde: os casos de Itália, Inglaterra e Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, 22(11), 2411-2421. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2006001100015>
- Silva, Vinícius Gonçalves Bento da, & Soares, Cássia Baldini. (2004). As mensagens sobre drogas no rap: como sobreviver na periferia. *Ciência e Saúde Coletiva*, 9(4), 975-985. <https://doi.org/10.1590/S1413-81232004000400018>.
- Terra, Rosane Beatris Mariano da Rocha, & David, Thomaz Delgado. (2016). A função social do acesso ao ensino superior diante da sub-representatividade dos povos originários: uma análise acerca da política pública de cotas (Lei nº 12.711/2012) e a resistência indígena no Brasil. *Barbarói*, 47(Ed. Esp.), 107-124. <http://dx.doi.org/10.17058/barbaroi.v0i47.9561>.
- Vasconcelos, Alexandre Meira, & Lezana, Álvaro Guilherme Rojas. (2012). Modelo de ciclo de vida de empreendimentos sociais. *Revista de Administração Pública*, 46(4), 1037-1058. <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000400007>



SAMUEL SANTOS MIGUEL

Graduado em psicologia pela Universidade do Oeste de Santa Catarina/UNOESC.
samuel.s95@outlook.com

ADRIANO SCHLÖSSER

Psicólogo. Doutor em Psicologia (UFSC). Pós-Doutorado em Ciências do Movimento Humano (UDESC). Professor do Curso de Psicologia da Universidade do Oeste de Santa Catarina, campus Videira.

adriano.psicologia@yahoo.com.br

ADRIANO BEIRAS

Professor do Programa de Pós-graduação e do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Doutor Europeu em Psicologia Social (UAB - España), Becas MAEC-AECID. Estágios de Pós-doutorado (UFSC bolsa PDJ - CNPq, Universidad de Granada -UGr- España, University of Brighton-UK). Pesquisador (Margens-UFSC, Brasil, VIPAT-UAB, España).
adrianobe@gmail.com

FORMATO DE CITACIÓN

Santos Miguel, Samuel; Schlösser, Adriano & Beiras, Adriano (2020). Revisão sistemática da literatura brasileira sobre representatividade de minorias políticas. *Quaderns de Psicologia*, 22(1), e1526. <http://dx.doi.org/10.5565/rev/qpsicologia.1526>

HISTORIA EDITORIAL

Recibido: 28-04-2019
1ª revisión: 21-06-2019
1ª revisión: 08-10-2019
Aceptado: 26-11-2019
Publicado: 30-04-2020